# TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

## COMARCA DE ARARAQUARA

1ª VARA DE FAMÍLIA E SUCESSÕES

Rua dos Libaneses, nº 1998, Carmo, Araraquara/SP, CEP 14801-425 Fone (16) 3336-1888, Ramais 210/211 - E-mail: araraq1fam@tjsp.jus.br

Horário de Atendimento ao Público: 12h30min às19h00min

#### SENTENÇA + ALVARÁ

Processo nº: 1007978-70.2018.8.26.0037 - Nº de Ordem: 2018/001445 Classe - Assunto: Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor

Requerente: Rosa Bronze CPF 005.769.908-92

Autor de herança: José Maria de Freitas CPF 083.297.928-70(falecido aos

28/5/2018)

Juiz de Direito: Dr. Ivan Rodrigues de Andrade

#### VISTOS.

Cuida-se de pedido de autorização judicial para resgate de PIS e FGTS depositado na Caixa Econômica Federal, de titularidade de pessoa falecida.

Não consta interesse de incapazes e pela natureza do crédito não há interesse fazendário, na forma da legislação estadual.

Comprovou-se a inexistência de dependentes habilitados para fins previdenciários.

É como relato.

#### DECIDO .

O pedido é de pouca complexidade e pode ser conhecido e decidido de imediato, na forma postulada na exordial, preservados eventuais direitos de terceiros não conhecidos.

### ANTE O EXPOSTO,

defiro o pedido inicial.

Faço-o para, preservados eventuais direitos de terceiros, autorizar o espólio de José Maria de Freitas, CPF 083.297.928-70, RG/SP 15.723.373-X, Cartão do Cidadão-CEF 1201041405 02, emissão 29/9/2005, cujo óbito ocorreu em 28/5/2018, representado pela requerente Rosa Bronze, RG 5.202.784-3, CPF 005.769.908-92, a proceder, junto à Caixa Econômica Federal, ao levantamento da integralidade de PIS/FGTS e eventual ABONO SALARIAL, desde que disponível para saque e desde que efetivamente de titularidade da pessoa falecida.

A considerar a consensualidade do pleito e a preclusão lógica do direito de recorrer (art. 1.000 do CPC), o trânsito em julgado desta decisão se opera de imediato e independentemente de renúncia expressa dos interessados e de certidão cartorária a respeito.

Esta sentença tem valor de alvará e será impressa pelo interessado diretamente na internet, no site www.tjsp.jus.br.

Publique-se.
Intimem-se.

SERVIRÁ ESTA SENTENÇA, POR CÓPIA, COMO ALVARÁ. PRAZO DE VALIDADE: 180 DIAS

Araraquara, 07 de agosto de 2018.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA